

CRÔNICA

J. RIGOLÃO
jose@rigolon.com.br

TRÊS PROBLEMAS...

Nunca foi fácil de entender, e nos dias de hoje, é mais complicado ainda! É difícil compreender as ações e reações que acontecem nesse mundo afora. Coloco em pauta três questionamentos: o que aconteceu com a Argentina? O que representa o tal EI, o Estado Islâmico? E como podemos justificar e aceitar, aqui no Brasil, os acontecimentos que envolvem nossa maior empresa, a Petrobras?

Certamente quem tentar esclarecer estes problemas, precisará de um bom tempo para pesquisa e irá enfrentar um imenso deserto de variáveis, além de necessitar escrever, no mínimo, um livro com 500 páginas, que ainda terá questionamentos. Quero deixar claro que a pretensão do presente escrito é de somente lembrar e registrar superficialmente o desconforto que tais assuntos trazem a todos. Especialmente às vésperas do Carnaval, a maior festa popular do País!

A Argentina possui um povo orgulhoso. Foi a sexta economia mundial e considerada uma nação rica até a década de 1940, inclusive com reservas em ouro, na época, maiores que a Inglaterra e Estados Unidos. Hoje o seu PIB é menor que o do Estado de São Paulo. E quais

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Dinheiro não trás desdouro
e evita algum contratempo,
mas nosso maior tesouro
não é o ouro, mas é o tempo.

Façamos, na mocidade,
amigos, sempre a granel:
é difícil, com a idade,
renovarmos o plantel.

Teu amor, que fim terá,
tão cheio de tremelique?...
Se fico – queres que eu vá,
se vou – tu queres que eu fique.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ABRE CONCURSO PARA CONTADORES

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) recebe inscrições para concurso público, que oferece 30 vagas para contador. Os candidatos poderão se cadastrar até dia 6 de março, através da página da Fundação Vunesp, organizadora da seleção. O endereço eletrônico é o www.vunesp.com.br e a taxa de inscrição é de R\$ 68,00.

Para participar, o candidato deve possuir diploma do ensino superior completo e registro no Conselho Regional de Contabilidade. A jornada de

trabalho é de 40 horas semanais e o valor da remuneração é de R\$ 5.688,56, além de auxílios para saúde, transporte e alimentação.

A prova está prevista para dia 26 de abril, em São Paulo, com duração de cinco horas. O exame terá questões de Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos, Matemática, Atualidades, Noções de Informática e Raciocínio Lógico. Mais detalhes sobre o concurso são obtidos pelo fone: (11) 3874-6300, de segunda a sábado, das 8 às 20 horas.



EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:
Aidéé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820
Tiragem: 3.500 exemplares
e-mail: integracao@aseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião


ADVOGADOS DO PSDB NÃO RECORREM CONTRA AUMENTO DO IPTU EM TATUÍ

No início desta semana muitos leitores do Jornal Integração questionaram o semanário a respeito do andamento da Medida Cautelar (AC 3744) que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) protocolada pelo advogado Renato Pereira de Camargo, representando o Diretório Regional do PSDB. Esta ação requer a suspensão da eficácia da lei aprovada pela Câmara Municipal de Tatuí, em setembro de 2013. Esta lei, de autoria do prefeito José Manoel Correa Coelho (Manu), reajustou o valor venal dos imóveis, através da Planta Genérica de Valores do município de Tatuí e o aumento recaiu sobre o IPTU a partir do exercício de 2014. Em alguns casos, houve aumento de cerca de 80%, mas na média o IPTU foi majorado em 33%. O PSDB entendeu que a majoração estava acima dos índices inflacionários do País e este aumento imposto pela Prefeitura transgrediu o Artigo 150, Inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece que os impostos devem obedecer o limite da razoabilidade, não podem ter caráter de confisco e nem causar impacto negativo no bolso do contribuinte.

Dia 11 de dezembro de 2014, o desembargador Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), admitiu o Recurso Extraordinário (RE), impetrado pelo PSDB junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra decisão do Órgão Especial do TJSP que permitiu que o prefeito Manu emitisse um carnê suplementar no ano passado. Este recurso já encontra-se no Supremo Tribunal Federal (STF) e o relator é o ministro Teori Zavascki.

Dia 24 de dezembro, o PSDB, concomitante ao Recurso Extraordinário, impetrou uma Medida Cautelar, ajuizada no STF. Nesta Medida Cautelar (AC 3744), o Diretório Regional do PSDB requer que o Supremo suspenda a eficácia da Lei Municipal que majorou o IPTU até julgamento final do Recurso Extraordinário, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dia 6 de janeiro, o ministro Ricardo Lewandowski, no exercício da presidência do STF, "indeferiu o pedido de liminar, sem



COMO CALCULAR O IPTU DE 2015: Some o que foi pago nos dois carnês emitidos em 2014 e acrescente aproximadamente 7% nestes valores. Isto só não ocorrerá se o STF impedir a vigência da lei municipal.

prejuízo de melhor exame da questão pelo Relator sorteado". A esta decisão da Presidência do Supremo, o Diretório do PSDB deveria apresentar um Agravo de Instrumento e o prazo expirou dia 9 de fevereiro. Este Agravo permitiria que a decisão do ministro Ricardo Lewandowski fosse reapreciada pelo ministro relator Teori Zavascki. Consultado, o advogado Renato Pereira de Camargo explica que a questão ainda não está totalmente resolvida e o prefeito José Manoel Correa Coelho (Manu) ainda pode ser impedido de aplicar o brutal reajuste no IPTU no exercício fiscal de 2015. Renato afirma que os advogados do PSDB abriram mão de entrar com o Agravo de Instrumento e vão entrar com um pedido de "Reconsideração" ao ministro Teori. O advogado tatuiano entende que esta medida no processo "atende, inclusive, a ressalva sugerida pelo presidente do STF, ao indeferir a liminar, para que o pleito seja analisado pelo próprio relator do Recurso Extraordinário, ministro Teori Zavascki".

Esta nova situação, que deverá acontecer ainda esta semana, garante o advogado, deve

criar um impasse no setor de Tributação da Prefeitura de Tatuí. Segundo consta, o prefeito Manu contratou até a empresa para emitir os carnês de 2015. A primeira parcela vence no dia 15 de março. Caso o STF não suspenda a eficácia da lei em questionamento na Suprema Corte, o contribuinte, para ter uma ideia do valor do IPTU de 2015, basta somar os valores dos dois carnês recebidos em suas residências em 2014, acrescentar aproximadamente 7% e terá o resultado final a ser pago.

Em São Paulo, 2014, o prefeito Fernando Haddad havia majorado de forma descomunal o IPTU na Capital. Uma ação idêntica à de Tatuí impediu o aumento e a prefeitura paulistana aplicou apenas o índice da inflação no ano passado. Haddad reavaliou os prejuízos políticos à sua administração, enviou novo projeto de lei à Câmara Municipal e reduziu os im-



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – Norma de parcelamento muda. Receita Federal alterou para apenas um – e não mais dois – os parcelamentos que poderão ser requisitados, por ano, pelas optantes do Simples Nacional. Nosso comentário: Consulte o seu contador!

GOVERNO PODE CORTAR PROGRAMAS SOCIAIS – Equipe econômica fará "pente fino" em todos os programas governamentais. Nosso comentário: Esperem por grandes manifestações contrárias, caso os cortes sejam significativos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO "LEÃO" – Prazo para declarar Imposto de Renda segue até dia 30 de abril.

A VOLTA DA FAMIGRA DENGUE – Dengue em São Paulo triplica e agora a culpa é da crise hídrica, em razão da estocagem de água.

AGORA É PRA VALER – Sacolinhas devem sumir do comércio em 60 dias. Prefeitura de São Paulo estende até abril o prazo para adaptação de estabelecimentos às novas cores das embalagens destinadas ao lixo comum e reciclável. Nosso comentário: A notícia não esclarece se a determinação vale para todo o Estado. A conferir!

PETROBRÁS – Novopresidente, novas expectativas, novas esperanças! Nosso comentário: O mercado financeiro se decepcionou e as ações caíram 7% no dia em que a mudança foi anunciada. A que sai era técnica respeitável e amiga da presidente Dilma Rousseff. O que entra é bancário desde os quinze anos e também amigo da presidente. Vamos torcer para que tudo venha a dar certo para a empresa e não fiquemos apenas na troca de "seis por meia dúzia". Os problemas da antes maior empresa brasileira são bem graves...

COTAÇÃO DO DÓLAR – Sobe muito. É a maior em dez anos!

ARGENTINA BARRA EX-PORTAÇÃO BRASILEIRA – A barreira atinge quase todos os setores que exportam para o país vizinho.

BB É CONDENADO – Pela promoção irregular de funcionários. A Justiça do Trabalho mandou o Banco do Brasil pagar R\$ 55 milhões, por promover escriturários a cargos de nível superior sem concurso público. E com retroatividade para 5 de outubro de 1988, determinou o retorno dos promovidos aos antigos cargos. Nosso comentário: decisão justa, mas de cumprimento complicado! E aqueles que se aposentaram de 1988 até hoje, terão seus salários rebaixados? Qual a razão da multa? Teria o Banco do Brasil descumprido determinação anterior? Somente agora, passados 27 longos anos, alguém descobriu a pólvora!

IMPULSO AOS INVESTIMENTOS – Crédito consignado: o trabalhador que não for funcionário público poderá autorizar o banco a descontar direto do seu salário, em conta corrente, o valor do crédito.

INVESTIMENTOS – Com nova "Selic", fundos ampliam vantagem em relação à poupança. Nosso comentário: Como é complicado aplicar dinheiro no Brasil!

AJUSTES ANUNCIADOS – Pensão por morte: é preciso que o falecido tenha contribuído para a Previdência no mínimo por dois anos e tenha a comprovação de dois anos de casamento ou união estável. Valor do benefício muda de acordo com o número de dependentes e o prazo de pagamento varia com a idade.

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana!

AJUSTE DAS CONTAS E A CPMF

* Marcos Cintra

A nova equipe econômica da presidente Dilma Rousseff vem adotando uma série de medidas visando restabelecer a credibilidade das finanças públicas e recuperar a capacidade de geração de saldos orçamentários primários. Desde 2008, quando uma lei passou a permitir o abatimento de gastos do PAC na apuração do resultado primário, as contas do governo central vêm sendo fragilizadas e caíram em descrédito após uma sucessão de manobras contábeis. Reverter esse quadro implicará em ajustes severos.

No âmbito da redução de despesa as medidas indicam que o ponto principal se limitará à revisão de algumas regras de concessão de benefícios na área da seguridade social. É improvável que o governo trilhe o caminho desejável da diminuição de gastos via extinção de ministérios ou de cargos políticos, por exemplo. A maior parte do ajuste das contas públicas virá pela elevação da carga tributária, através do aumento de impostos e possível volta da CPMF, fruto de um movimento que vem sendo articulado desde 2013 no Congresso, como uma contribuição ao financiamento da saúde pública. Ela teria uma alíquota de 0,15% sobre a movimentação financeira, o que garantiria uma receita em torno de R\$ 30 bilhões.

Desde sua criação, a CPMF, inicialmente denominada IPMF, foi tema de debates acirrados entre os defensores e os críticos da tributação sobre a movimentação financeira. Teve origem na proposta do imposto único na década de 90. Surgiu como um tributo a mais, desvirtuando a ideia inicial de unificação de vários impostos de natureza declaratória sobre uma base de arrecadação automá-

tica e ampla, como as transações nas contas correntes bancárias.

Cumprir dizer que, mesmo sendo criada como mais um tributo, a CPMF foi uma importante experiência para a economia brasileira e deitou por terra uma série de previsões que diziam que ela provocaria desintermediação bancária e inflação. Nada disso ocorreu e o "imposto do cheque" acabou contribuindo para promover um ajuste fiscal nos anos 90, abastecendo o Fundo de Combate à Pobreza e serviu como mecanismo de detecção de sonegadores. De um modo geral, revelou-se um bom imposto.

Cumprir dizer que a CPMF teve méritos, mas deixou de ser cobrada a partir de 2008 por razões políticas. Atualmente seu retorno tem apoio de parlamentares, de governadores e até do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que em 2007 se manifestou favorável ao tributo.

O processo de ajuste das contas públicas se dará através de medidas que vão elevar ainda mais a já sufocante carga de tributos brasileira. A criticada CPMF poderá ser um dos pilares da nova política fiscal, quando deveria ser a base para a tão esperada reforma tributária. Ela poderia ser instituída tal como foi idealizada, ou seja, como base para substituir outros tributos, com o objetivo de simplificar o sistema fiscal, combater a sonegação e reduzir o ônus para o contribuinte. Infelizmente, tudo indica que ela irá compor o elevado preço que o País terá que pagar pela má gestão das contas públicas nos últimos anos.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.